

# **FORMAÇÃO, ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - BRASIL**

**Bernardo Maçano Fernandes\***

## **Introdução.**

A questão agrária brasileira tem apresentando resultados diferentes dos propostos pelos idealizadores da política de desenvolvimento agropecuário implantada pelos governos militares. O modelo de modernização conservadora, predominante desde a década de setenta, encontra-se em crise profunda. Atualmente, o campo brasileiro é o espaço dos conflitos e das contradições, estabelecendo a emergência da construção de novos modelos de desenvolvimento para a agricultura brasileira, que viabilizem a superação desta crise.

Alguns dos fatores da crise deste modelo são, por exemplo: a intensificação da concentração fundiária em contrapartida a não realização do projeto de reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada ruralista; a política de privilégios à agricultura capitalista e a conseqüente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc.

Outros fatores que impulsionaram a modernização conservadora foram: o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação de sua estrutura produtiva; as quantidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno; a mundialização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários; a liberação de mão-de-obra para a agricultura capitalista com o êxodo rural etc.

Os conjuntos de fatores apresentados servem para a reflexão sobre a necessidade de se construir novos modelos de desenvolvimento para a agricultura, com características pluralistas. O atual modelo foi concebido em bases economicistas e tecnicistas, em detrimento das outras dimensões dos processos de transformação. Os novos modelos deverão conceber o processo de modernização em todas as suas dimensões: social, política e econômica.

---

\* Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente - São Paulo - Brasil.

A negação dessa concepção multidimensional de modernização levou o Brasil a uma realidade insustentável. Hoje somos o país com o segundo maior índice de concentração de terras do mundo. Perdemos apenas para o Paraguai (ONU/PNUD, 1993, p. 35).

Também consta nos relatórios das Nações Unidas e do Banco Mundial, que o Brasil é o país de maior nível de desigualdade social do mundo. Outro título nada recomendável que possuímos é o de estar entre os campeões mundiais de analfabetismo. Evidentemente que a concentração de terras possui relação com outras disparidades da sociedade: a concentração da renda, a concentração do mercado etc. Nesta realidade, 30 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza absoluta e a fome é um dos maiores problemas que o Brasil precisa enfrentar.

Frente a essa realidade, colocamos como questão, que para o avanço da modernização da agricultura em todas as suas dimensões, é essencial a realização da reforma agrária no Brasil. E que é fundamental acompanhar as experiências que estão sendo desenvolvidas em diversos assentamentos rurais em diferentes regiões brasileiras. Estas são ações concretas que poderão subsidiar o debate na criação de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura.

Neste contexto, analisamos os processos de formação, espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e apresentamos algumas propostas e experiências recentes para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, especialmente as realizadas pelo MST, na perspectiva de absorção e criação de tecnologias apropriadas. Para aprofundarmos essa reflexão, analisamos as propostas de construção de novas experiências desenvolvidas em assentamentos de reforma agrária, para a melhoria das condições de vida da população assentada.

Por fim, procuramos refletir sobre as perspectivas para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, tendo como base algumas das propostas existentes no debate sobre a viabilidade da agricultura familiar e da reforma agrária.

### **A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.**

Nesta parte do trabalho analisamos os processos de formação, de espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na luta pela terra e pela reforma agrária.

Para a compreensão desse processo é fundamental fazermos uma breve retrospectiva sobre a gênese do MST. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. No final da década de setenta, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta-RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê-SC, em 1980, ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre o Estado e mais de dez mil famílias que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas; em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais

arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás.

Desses conflitos nasceu uma realidade inteiramente nova no campo. Para compreendê-la, optamos por analisar o espaço social construído pelos movimentos sociais. Neste estudo sobre a formação do MST, analisamos o processo de espacialização e territorialização no estado de São Paulo. Para a compreensão dessa realidade, trabalhamos com a interação das noções de espaço social, lugar social e movimento social. A noção de espaço social utilizada nessa pesquisa foi extraída do trabalho de Lefebvre, 1991, onde espaço social é compreendido como realidade produzida pela materialização da existência humana através do trabalho. No processo de formação do MST, o espaço social foi construído através de determinados lugares sociais: nas CEB's - Comunidades Eclesiais de Base, escolas, sindicatos, moradias etc. O lugar social é uma noção importante, pois é no lugar social que se manifesta o espaço social, a consciência social, a sociedade, o trabalho etc. (Silva, 1991).

A noção de movimento social foi extraída dos trabalhos de Gohn, 1991, Scherer-Warren, 1987 e Camacho, 1987. Entendemos os movimentos sociais, aqui estudados, como uma forma de organização da classe trabalhadora, a partir das camadas populares, de grupos populares, ou setores populares, de acordo com os autores citados.

Analisamos o processo de formação do MST no Estado de São Paulo em dois períodos. O primeiro período definido de 1979/80 a 1985/86, corresponde as diversas experiências de luta que marcaram o início do processo de formação do MST até a sua emancipação política. O segundo período corresponde aos anos de 1985/6 até 1993 e é caracterizado pelo processo de espacialização e territorialização do MST na luta pela terra.

A primeira experiência é a luta dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, que conquistaram a terra em julho de 1980. Depois dessa vitória nasceu o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, formado por posseiros, bóias-frias, meeiros etc, cujos grupos obtiveram cinco conquistas na região da Alta Noroeste. Nesse período, outros movimentos se desenvolviam ou estavam nascendo em diversas regiões do estado. Eram várias frentes que se articulavam na luta pela terra. No Pontal do Paranapanema eram posseiros, atingidos por barragens, bóias-frias, desempregados das construções das barragens etc. Na região de Itapeva eram rendeiros, meeiros, bóias-frias etc. Na região de Campinas eram os desempregados da cidade e do campo.

Procuramos comparar as experiências desenvolvidas nessas regiões, porque os trabalhadores envolvidos nessas lutas participaram dos encontros, promovidos pela CPT - Comissão Pastoral da Terra, para a troca de experiências, articulação dos movimentos e superação do isolamento. Representantes desses movimentos participaram da Articulação Regional Sul que precedeu a fundação do Movimento, em janeiro de 1984, no I Encontro Nacional do MST na cidade de Cascavel - PR.

Na região de Campinas analisamos as experiências que levaram às conquistas dos grupos I e II do Movimento dos Sem Terra de Sumaré, em 1984 e 1985. Na região do Pontal analisamos as experiências que conduziram à conquista da Gleba XV de Novembro em 1984. Na região de Itapeva analisamos as experiências que levaram à conquistas das áreas I e II da fazenda Pirituba, também em 1984.

Na criação das experiências de luta, os trabalhadores contaram com o apoio de, pelo menos, três instituições: a Igreja Católica (através das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base e da CPT - Comissão Pastoral da Terra), os partidos políticos (PT - Partido dos

Trabalhadores e PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (filiados a FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e ou a CUT - Central Única dos Trabalhadores), o que determinou as diferentes características da forma de organização da luta em seu processo de formação. A maior parte das experiências nasceu nas CEB's, lugar social onde as trabalhadores em luta, com apoio das diferentes instituições, principalmente através do trabalho de pastoral realizados pela Igreja católica, procuraram conquistar o seu próprio espaço. A principal diferença dessas experiências está no processo de construção e controle, pelos trabalhadores, do espaço de socialização política (Grzybowski, 1987).

Nos lugares onde os trabalhadores conquistaram esse espaço, a partir de sua própria práxis, desenvolveu-se a espacialização da luta pela terra. Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É "escrever" no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupação e reocupação contínua de terras etc.

Esse processo é desenvolvido no multidimensionamento do espaço de socialização política, nas suas três dimensões: o espaço comunicativo, o espaço interativo e o espaço de luta e resistência. O espaço comunicativo é o espaço do conhecer e aprender. É o primeiro momento desse processo de construção da cidadania. É o princípio de uma experiência original para cada grupo. É o início da construção de uma nova práxis. O conteúdo do espaço interativo é a reflexão feita por esse sujeito coletivo, em movimento, sobre sua história. É a reflexão sobre as experiências no processo de construção de sua práxis, através do diálogo e da elaboração de propostas. Nesse processo são elaborados e desenvolvidos os determinantes objetivos, relacionados com as condições sociais, econômicas e políticas e, também, os determinantes subjetivos relacionados com o interesse, a vontade e a cultura (Tarelho, 1988).

Conforme Scherer-Warren, 1993, estes são os pré-requisitos para a formação de um movimento social. Para a autora, o fator objetivo é o reconhecimento coletivo do direito e da necessidade da luta. Para a construção da consciência desse direito é necessário a existência de um fator subjetivo, que é o reconhecimento de sua dignidade humana que vem sendo destruída durante toda a sua história.

Partindo da reunião desses pressupostos teóricos, é na elaboração dos determinantes ou fatores objetivos e subjetivos nos espaços de socialização política, que os sujeitos constroem o processo de formação da organização social, que se efetiva no dimensionamento do espaço construído/conquistado. Analisando a diversidade desse processo nas lutas estudadas, é que compreendemos as diferentes características das experiências vividas pelos trabalhadores em luta.

Em condições de existência desse espaço, a influência político-cultural das instituições participantes podem ser observadas pelas matrizes discursivas dos sujeitos (Sader, 1988). Dessa forma, o espaço interativo não é o espaço do consenso. É um espaço político e, portanto, de enfrentamento das experiências e das idéias. A existência do espaço interativo é fundamental para o processo de construção do conhecimento, na formação dos sujeitos e para o avanço da organização do movimento. É com a consciência da luta que os trabalhadores espacializam a luta pela terra. Com a espacialização da luta, eles conquistam novas frações do território. Com a conquista da terra, o movimento se territorializa.

Esse processo se desenvolveu na região de Campinas com a formação do Movimento dos Sem Terra de Sumaré, resultado dos trabalhos desenvolvidos nas CEB's simultaneamente a construção do PT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré. A origem desse movimento está relacionada com as experiências dos posseiros da Primavera e com a formação do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo. Na região da Alta Noroeste, o trabalho da CPT contribuiu para o dimensionamento do espaço de socialização política e a espacialização da luta pela terra e para a articulação das experiências de luta no estado. Essas experiências possibilitou a superação do caráter espontaneista, vanguardista ou massivo das lutas populares.

Nos lugares onde não se desenvolveu esse processo não ocorreu a espacialização da luta. Enquanto as experiências da Alta Noroeste e Campinas se desenvolveram durante o processo de construção do espaço de socialização política, o mesmo não aconteceu com as lutas do Pontal e da região de Itapeva. Nas experiências de luta no Pontal não existiu esse processo, portanto o movimento não conquistou o seu espaço. Não construiu a sua forma de organização. Os trabalhadores estavam mobilizados mas não estavam organizados. Nas reuniões, os trabalhadores discutiam propostas já elaboradas pelo PMDB, representante dos interesses do Estado. Não participaram efetivamente da construção de sua própria realidade. Não participaram devido aos limites das próprias comunidades, que se configuraram apenas como lugar social. Nesses lugares não existiu um trabalho mais intenso que permitisse a construção e dimensionamento do espaço de socialização política, de forma que não foram rompidos os esquemas populistas. Nesses casos, os trabalhadores viveram uma relação de dependência com os políticos locais e regionais.

Na região de Itapeva, os trabalhadores tiveram o apoio de técnicos do Estado, da CPT e de alguns trabalhadores sem terra que articulavam a luta pela terra no estado. Nas reuniões, eles relatavam e discutiam as várias experiências de ocupações de outros movimentos de trabalhadores sem terra, que aconteciam em São Paulo e também em outros estados. Contudo, esse apoio, embora tenha contribuído na construção do espaço de socialização política, não foi suficiente para dimensioná-lo.

Foi dessa diversidade de experiências que se formou o MST no Estado de São Paulo. Nos anos 1985/86, os trabalhadores conquistaram a sua emancipação e o Movimento consolidou a sua forma de organização.

### **Espacialização e Territorialização do MST.**

A partir de 1985/86, as lutas desenvolvidas na região de Campinas eram as referências do MST no estado. Nesses anos, durante a conquista da fazenda Jupira, pelo grupo III, em Porto Feliz o MST formava um novo grupo. O grupo IV depois de dois anos de reuniões ocupou a fazenda reunidas no município de promissão, em novembro de 1987. Foram mais dois anos de luta e resistência, com uma caminhada de mais de 200 quilômetros, para que parte das famílias conquistassem a terra. Durante esse tempo foi formado o grupo V, que ocupou a fazenda Timboré em 1989, no município de Andradina, onde estão resistindo até hoje. Outros grupos se formaram e conquistaram novas áreas na fazenda Pirituba, na região de Itapeva, onde em 1991 e 1992 e foram assentados emergencialmente e, também, na fazenda Ipanema em Iperó, em 1993, na região de Sorocaba. Essas lutas foram resultados do processo de espacialização da luta pela terra. Formadas no espaço de socialização política.

Em 1990, aproximadamente 800 famílias organizadas no MST ocuparam a fazenda Nova Pontal, no município de Teodoro Sampaio, na Região do Pontal do Paranapanema. No Pontal encontra-se a maior área de terras devolutas e griladas do estado. São 444 mil hectares de terras devolutas e 519.000 hectares de terras a serem discriminadas (DRF - Departamento de Regularização Fundiária, 1991). As famílias foram despejadas e acamparam nas margens da rodovia SP 613, de onde foram novamente despejadas sendo recebidas como "hospedes" pelos assentados da Gleba XV de Novembro. Em março de 1991 ocuparam a fazenda São Bento no município de Mirante do Paranapanema. De 1991 até 1994 foram mais de 20 ocupações e despejos da fazenda São Bento, num processo tático cinematográfico, que resultou na venda das benfeitorias da fazenda para o Estado e no assentamento de mais de 1.000 famílias. Nesses anos o MST ocupou várias fazendas no município do Mirante do Paranapanema. Ainda em 1991, o MST conquistou parte da fazenda Santa Clara, onde estão assentadas emergencialmente 320 famílias.

As lutas recentes que o MST desenvolveu no Pontal passaram a ter como característica principal a concepção massiva de mobilização. Estas experiências levaram à criação de práticas populistas, de dependência e, conseqüentemente, autoritárias.

Todavia, o próprio MST iniciou um processo de democratização das suas relações internas a partir da construção de espaços interativos no interior dos espaços de luta e resistência.

No ano de 1996, dezesseis anos após a conquista dos posseiros da Primavera que marcou a gênese do MST no estado de São Paulo, o Movimento havia formado dezenas de grupos e realizado mais de cem ocupações, conquistando 48 assentamentos. Durante esse período de sua formação, a partir das experiências e conquistas, o MST se espacializou e conquistou frações do território. Esse processo de transformação da realidade proporcionou novas e diferentes condições de luta.

Nesse processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, 2.500 famílias de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros e de filhos de assentados organizadas no MST ocuparam, no dia 9 de outubro de 1993, as fazendas Jangada, de 5.741 hectares, e Ribeirão dos Bugres, de 484 hectares, localizadas no município de Getulina. Esta foi a maior ocupação realizada no estado de São Paulo. O processo de formação do grupo começou em março e durante 7 meses, em 22 municípios das microrregiões Alta Noroeste de Penápolis, Bauru, Campinas, Médio São José dos Dourados e Divisor São José dos Dourados-Tietê. Os trabalhadores se reuniram nas comunidades, em suas próprias casas, nos sindicatos, etc, onde foram construindo e dimensionando os espaços de socialização política para a formação de vários grupos. Quarenta dias depois da ocupação as famílias foram despejadas numa operação militar que envolveu mais de 2.000 policiais. Em fevereiro e maio de 1994, as famílias fizeram mais duas ocupações na fazenda Jangada como pressão e demonstração de luta e resistência. As famílias foram despejadas novamente e resolveram ocupar diversas outras fazendas na região.

As ocupações criam a terceira dimensão desse processo de multidimensionamento do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço é na sua concretude o acampamento. É quando os trabalhadores partem para o enfrentamento com o Estado e os latifundiários. É a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos. O acampamento pode durar anos. Nesse espaço, a luta e a resistência são fundamentais para enfrentar as situações previsíveis e imprevisíveis: o enfrentamento com a polícia, com os jagunços, as péssimas condições de sobrevivência, os despejos

etc. A resistência e a luta nesse espaço têm levado à conquista de uma fração do território.

O Assentamento é uma fração do território conquistado. É um novo recurso na luta pela terra. Esse recurso significa parte das possíveis conquistas e, portanto, representa a possibilidade de novas conquistas, de territorialização.

Dessas diferentes formas o MST tem se especializado e se territorializado. Ao se territorializar, ao conquistar frações do território, territorializa-se na luta pela terra.

A conquista dos assentamentos também dimensionou o próprio MST. A partir das centenas de conquistas em todo o Brasil, outras lutas foram aparecendo no delinear da realidade. A principal dela é a sobrevivência de seu projeto frente ao modelo econômico de desenvolvimento da agricultura. Foi preciso portanto criar experiências alternativas nas diversas atividades do assentamento: formas de trabalho, crédito, produção, comercialização, moradia, saúde, educação etc. Estas novas experiências estão sendo geradas nos diversos assentamentos do MST. Até o momento, considerando todos os problemas enfrentados, esta luta tem sido vitoriosa. Na continuidade desse trabalho, pretendemos aprofundar as análises das experiências aqui estudadas, considerando a história da luta e a realidade do assentamento, onde emergem novos desafios. Procuraremos compreendê-las para que possamos continuar contribuindo com estes "sujeitos irreverentes" que fizeram da reflexão e da luta um caminho de volta para a terra.

### **As experiências recentes dos assentamentos de reforma agrária.**

Apesar de no Brasil ainda não ter se efetivado um projeto de reforma agrária, até outubro de 1994 foram realizados 1.123 assentamentos, que ocupam uma área de 7.269.669 ha, onde estão assentadas 139.223 famílias. Esses assentamentos são resultados de diversos projetos de colonização, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, e de projetos localizados para atender as pressões dos movimentos sociais que ocuparam estas terras.

Em setembro de 1979, das ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no município de Sarandi - RS, e do acampamento de milhares de famílias na Encruzilhada do Natalino, no município de Ronda Alta-RS, e posteriormente das diversas outras ocupações nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, nascia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Este tem sido o principal movimento social na luta pela terra e na luta pela reforma agrária no Brasil. A sua forma de organização está dividida em setores de atividades representativas da suas ações. No final da década de oitenta, o MST já havia se territorializado por 19 Estados brasileiros e começava a criar novos setores, como por exemplo: o setor de produção e o setor de educação. Desde então, o MST tem apresentado propostas alternativas para o desenvolvimento social, econômico e político para os assentamentos de reforma agrária.

Esta realidade recoloca a questão das perspectivas da agricultura familiar no Brasil. O conteúdo da questão é: qual o espaço da agricultura familiar no interior do atual modelo de modernização vigente? Uma das respostas possíveis é que os trabalhadores rurais precisam continuar se organizando e se reorganizado para enfrentar este modelo, e que o atual modelo de desenvolvimento da agricultura precisa ser transformado.

De acordo com Cerioli, 1993, p. 15/6, diante do processo de modernização conservadora, as perspectivas dos pequenos agricultores são: 1 - desaparecer, pela expropriação e assalariamento, pela migração, ou reiniciar uma nova luta pela terra com

ocupações etc; 2 - incorporar-se ao sistema por meio da integração com a agroindústria, ficando ao sabor das decisões dos empresários; 3 - reformando-se, nos limites da capacidade de absorção de tecnologias alternativas para poder resistir a concorrência, que consegue colocar o mesmo produto no mercado a um preço menor que o seu custo de produção; 4 - transformando-se em tentativas de cooperação agrícola, mas mantendo relações artesanais de trabalho, sobrevivendo sob a ameaça permanente de falência; 5 - reorganizando-se, desenvolvendo novas experiências, objetivando a cooperação agrícola, procurando construir uma empresa coletiva com mão-de-obra especializada, que utiliza um processo produtivo socialmente dividido, com produção para o auto-sustento e produção em escala para o mercado.

Essas perspectivas e suas interfaces são as condições e os desafios colocados pelo atual modelo de desenvolvimento da agricultura. Evidente que para a transformação deste modelo os trabalhadores rurais deverão criar novas alternativas, novas formas organizativas. Considerando o atual etapa da modernização da agricultura, novas formas de organização do trabalho e da produção precisam ser experimentadas.

A incorporação é uma forma que vem sendo experimentada por diversos assentamentos da região Sul, principalmente na produção de leite, aves e suínos, subordinados a diversas empresas. Paralelamente esses agricultores procuram criar novas formas de organização do trabalho e da produção, tentando absorver tecnologias apropriadas para poderem resistir a concorrência do mercado. O desenvolvimento de cooperação agrícola tem sido a principal marca dessas experiências.

O grande desafio enfrentado pela maior parte dos assentamentos é o da superação das formas tradicionais de organização do trabalho, principalmente pela descapitalização e recursos precários para a produção, além da baixa escolaridade e, na maioria dos casos, o alto índice de analfabetismo entre os trabalhadores. Neste contexto, a família isolada em seu lote, tentando resolver as suas dificuldades sem a cooperação da comunidade, está condenada ao fracasso. A superação dessa condição implica reorganização das formas, do espaço e do tempo. Significa construir novos conhecimentos que permitam o avanço das condições de trabalho das famílias assentadas. A superação é possível desde que se constituam propostas concretas de ação, em que estas pessoas se reconheçam como sujeitos do processo.

São diversas as experiências que as famílias assentadas estão vivendo. Da mesma forma são diferentes os níveis dessas experiências. Em busca da condição de resistência na terra, desenvolvem novas formas de organização, com erros e acertos, com avanços e retrocessos, por diferentes caminhos a procura da construção de condições mais dignas de vida. Essas experiências são parte de um processo de construção e novos modelos de desenvolvimento, que deverão dispor de elementos constitutivos de tecnologias socialmente apropriadas. Este é um ponto importante para a reflexão sobre as experiências dos assentamentos de reforma agrária no contexto da modernização da agricultura.

Na constituição do processo de luta pela terra e da luta pela reforma agrária, os trabalhadores organizados no MST propuseram novas formas de organização do trabalho, da produção e da comercialização. Uma questão importante neste processo é a geração de tecnologias socialmente apropriadas para a construção de novas condições que viabilizam o avanço da pequena agricultura.

Neste ponto, é essencial apresentar o significado do conceito de tecnologia, no sentido como o concebemos. São inúmeras as dificuldades para se definir o conceito de tecnologia e este não é o objetivo deste trabalho. Ainda assim, pretendemos analisar



algumas referências que nos auxiliam nesta reflexão sobre as propostas e as experiências de desenvolvimento nos assentamentos.

Priorizamos este ponto porque entendemos que para a transformação do processo de modernização da agricultura é fundamental repensar o conceito de tecnologia. A visão predominante sobre esse conceito, hoje, está associada somente ao processo produtivo e a competitividade, ou seja, numa perspectiva economicista em detrimento das outras dimensões da organização do trabalho. Esta acepção ignora o processo desigual, colocando a mesma condição de desenvolvimento para todos, independente de suas dificuldades resultantes das condições históricas em que vivem.

Dessa forma, o conceito de tecnologia deve ser compreendido em todas as suas dimensões. Não deve ser concebido como um conceito terminado, mas sim como um processo em contínua transformação. Daí a importância da construção de conhecimentos como um dos significados desse conceito. Conhecimentos práticos e conhecimentos científicos voltados para a produção e comercialização de mercadorias e de serviços. Esses conhecimentos devem servir para, além de satisfazer as necessidades, contribuir com a atenuação do esforço físico, liberando as pessoas para atividades mais interessantes e criativas. Superando assim a concepção errônea de tecnologia, em que é entendida como um conjunto de técnicas e de conhecimentos direcionados apenas para os resultados econômicos. Nesta concepção, quase sempre, cria desemprego, dependência econômica e devastação do ambiente.

Neste sentido, a geração de condições para a formação intelectual, para a qualificação no trabalho e para a construção da cidadania é necessária para o bem estar das pessoas e para a preservação do ambiente. Este é outro significado importante deste conceito. A partir dessas referências, as decisões sobre a utilização de determinadas tecnologias são políticas, ou seja, voltadas para os interesses da comunidade.

A geração de tecnologia é um processo coletivo e a sua difusão só é possível por meio das relações sociais. Neste sentido, a cooperação é uma condição importante para o avanço desse processo. Para fomentar a organização de cooperativas agrícolas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA. O objetivo geral dessa iniciativa é o desenvolvimento de Cooperativas de Produção e de Comercialização nos assentamentos, para a criação de centrais de cooperativas por unidade federativa e, em nível nacional, a constituição da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB.

Este projeto já se encontra em desenvolvimento. Na sua trajetória o SCA precisa criar uma articulação entre as experiências desenvolvidas nos assentamentos e suas propostas. Assim, deverá contemplar a participação dos assentados que desenvolvem a produção de forma individual, dos grupos coletivos, das associações, das cooperativas etc. Nesta direção o SCA define os seguintes objetivos específicos: 1 - objetivos econômicos, no sentido de contribuir para a solução dos problemas econômicos das famílias assentadas, desenvolvendo a cooperação agrícola, orientando na criação de empresas rentáveis, viabilizando o progresso econômico do assentamento por meio do aumento da produtividade e da modernização da produção; 2 - Objetivos sociais, propondo formas alternativas de organização da produção agropecuária em proveito do bem estar da comunidade, desenvolver tecnologias socialmente apropriadas a realidade dos assentamentos, para provar que a reforma agrária é viável, também, no sentido econômico, aumentar o poder de negociação com as instituições governamentais e contribuir para a construção da cidadania.

Sem dúvida que a geração de tecnologias socialmente apropriadas é essencial para viabilizar um proposta desta monta. Em primeiro lugar é preciso desenvolver um processo de formação intelectual dos trabalhadores para que possam utilizar e criar novas tecnologias. Neste sentido, uma experiência importante é a do Departamento de Estudos Rurais - DER, localizado em Braga-RS. Esta escola forma professores para trabalhar nas escolas dos assentamentos de diversos Estados do País. Os professores são, na sua maioria, assentados e trabalham também na alfabetização de jovens e adultos.

Para a formação técnica na agricultura, o MST criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, no município de Veranópolis-RS. Neste Instituto estudam filhos de assentados que realizam seus estágios em diversos assentamentos em todo o País. Da mesma forma, o Instituto recebe estudantes de diferentes pontos do Brasil. Outra experiência importante é o Centro de Tecnologias Alternativas Populares - CETAP, localizado no município de Pontão-RS, responsável pela formação de pesquisadores que se ocupam da difusão das tecnologias socialmente apropriadas, para a produção agrícola e pecuária, também, nos assentamentos. Para a formação política dos assentados existe a Escola Nacional, localizada no município de Caçador-SC. Nesta escola são formadas as jovens lideranças do MST, que trabalham em prol da luta pela terra e da luta pela reforma agrária.

Embora a atual estrutura da organização para o desenvolvimento dos assentamentos esteja concentrada na região Sul do País, em outras regiões vêm se desenvolvendo tentativas para a criação de infra-estrutura. Todavia, estas experiências são algumas das mais importantes que vêm acontecendo em diversos Estados brasileiros. Além do trabalho de diversas universidades estaduais e federais em parceria com os assentamentos ou centrais de cooperativas.

O MST, ainda, tem publicado diferentes periódicos para subsidiar os trabalhos nos assentamentos. São diversas linhas editoriais orientadas para a formação política, para a formação técnica, para a educação e para a organização social e econômica. Estas publicações constituem materiais didáticos utilizados nas escolas de primeiro e segundo graus, nos cursos supletivos para alfabetização de jovens e adultos, livros de conteúdo teórico-metodológico e manuais que auxiliam na formação política dos assentados. Esse material é muito utilizado pelas lideranças no investimento da organização interna dos assentamentos.

Além destas estruturas estabelecidas nos último oito anos, outras atividades importantes são os cursos, oficinas e laboratórios realizados nos próprios assentamentos. Nestes há a participação da comunidade a partir das suas formas de organização criadas para tais fins.

Os assentamentos ligados ao MST possuem suas formas de organização, quase sempre estruturadas em coordenações, núcleos e setores. Contando com esta estrutura são realizadas diferentes atividades, promovidas com o objetivo de encontrar soluções para alguns dos problemas das comunidades.

Os cursos são os mais diversos: de conteúdo técnico agrícola ou de conteúdo educacional etc, oferecidos pelo próprio MST ou pelas Secretarias de Agricultura ou Educação, por universidades ou organizações não governamentais - ONG's.

As oficinas pedagógicas são realizadas em diversos assentamentos para a capacitação de professores e de coordenadores de educação. Essa atividade é proposta pelo Setor de Educação do MST e tem duração de uma semana. Os cursos de capacitação oferecidos aos professores são referentes as disciplinas e as séries das escolas trabalhadas. Além

dessa atividade, os coordenadores e os professores realizam outras atividades com a comunidade para discussão do plano global da escola. Em algumas oficinas pedagógicas participam representantes das Secretarias de Educação do Estado e do Município, bem como universidades etc.

Além das oficinas pedagógicas o Setor de Educação do MST é responsável pela publicação das coleções Cadernos de Educação, Boletim da Educação entre outras coleções de livros paradidáticos. O Setor de Educação possui representação nos assentamentos, por meio dos seus coordenadores, em vários Estados de todas as regiões brasileiras e realiza semestralmente encontros nacionais para definir sua política de atuação com relação as escolas de assentamentos e de acampamentos.

O Setor de Produção realiza os laboratórios organizacionais. Estes são “workshops” em que diferentes cursos práticos de formação técnica são oferecidos com o objetivo de transformação da realidade local. Conforme Correia, 1995, p. 24, “o laboratório é um método de capacitação que, enquanto processo de transmissão de conhecimento, visa elevar a consciência ingênua e crítica da coletividade ao nível da consciência organizativa, imprescindível à transformação da realidade em que vivem”.

Os laboratórios são também espaços de criação de tecnologias apropriadas. Nestes os participantes aprendem a criar, construir ou conseguir emprestados os insumos necessários para a organização do laboratório. Desta forma, procuram combinar os insumos de diversos fatores produtivos. Os cursos são voltados para os interesses, necessidades e objetivos da comunidade e da entidade ofertante do laboratório. Neste sentido são oferecidos diferentes cursos, como por exemplo: datilografia, contabilidade, administração etc. Estes conhecimentos são importantes para a criação de formas de organização associativas ou cooperativas. Neste sentido, considerando as condições e realidades locais, ocorrem investimentos na construção de agroindústria, como por exemplo: fábricas de farinha de mandioca, de fubá de milho, farmácias para manipulação de medicamentos simples etc. Ainda, em alguns casos, a construção de usinas de resfriamento de leite, fábricas de queijo etc.

Os laboratórios também contribuem para a difusão e para a comunicação no assentamento e deste com outras áreas. Isto proporciona a saída do isolamento da comunidade, que pode passar a receber informações sobre a realidade do Estado, do País e do mundo. Outra preocupação é com a qualidade sócio-ambiental, considerando desde a saúde dos membros das famílias até a preservação do espaço da comunidade e da região onde se localiza.

Um dos objetivos do laboratório é a criação de uma forma de organização cooperativa. Estas experiências têm sido difundidas em vários Estado e os resultados são os mais diversos, que vão desde o sucesso da organização de cooperativas até a recusa da comunidade em adotar os modelos propostos pelos técnicos. Ainda assim, é uma experiência importante para a modernização dos assentamentos.

Para a realização desses trabalhos: oficinas e laboratórios, os coordenadores contam com a ajuda de prefeituras, das igrejas, das Secretarias de Estado e instituições federais, bem como das universidades públicas e das organizações não governamentais nacionais e internacionais.

A infra-estrutura e as atividades aqui apresentadas estão contidas nos diferentes processos, que vêm desde a luta pela terra até os momentos de organização da produção para a comercialização. Neste contexto, são contribuições fundamentais para a construção dos elementos constitutivos de tecnologias, como por exemplo: a formação de trabalhadores de média e alta qualificação, coordenadores capacitados para trabalhar

com a realidade dos assentamentos, para a administração do capital incorporado nas máquinas e nas benfeitorias, para a administração do trabalho e do processo de produção (Robson, 1983, p.47). Neste sentido, estes elementos possibilitam o processo de modernização de um assentamento. Esta é uma condição importante para a superação das formas de organização tradicionais e para o desenvolvimento da comunidade com vistas a melhoria da sua qualidade de vida.

Estas experiências são condições *sine qua non* para o avanço do processo de modernização da agricultura, de novos caminhos, superando o ranço do conservadorismo do atual modelo e viabilizando a construção da democracia e, conseqüentemente, da cidadania no Brasil.

### **Considerações finais - Perspectivas dos Assentamentos de reforma agrária.**

A luta pela terra e a luta pela reforma agrária se desdobram na luta por formas alternativas de organização do trabalho e da produção. Neste sentido, a busca de tecnologias apropriadas é um novo momento destas lutas. O trabalho familiar também pode se desdobrar em novas experiências. Este é o grande desafio a ser superado.

Todavia, a persistência na idéia linear do trabalho coletivo como forma única e definitiva não é a solução para os problemas dos trabalhadores rurais. O importante nas experiências em desenvolvimento é a diversidade de experimentos em processos de criação e de alternativas. Neste sentido, vale atentar para as experiências aqui relatadas que podem subsidiar o debate na criação de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura.

A história tem mostrado que a não realização da reforma agrária não acaba com a agricultura familiar. Muito pelo contrário, aumenta o número de conflitos exatamente pela exclusão de milhões de famílias do processo produtivo. A realização de um modelo de reforma agrária, que considere as experiências em construção, é condição essencial para que esta população possa viver dignamente, com saúde, educação e trabalho. Para que o Brasil possa ser reconhecido como um país digno e a paz no campo possa ser efetivada.

Um caminho possível para esta realização social é a transformação do modelo de desenvolvimento da agricultura. A história da luta dos trabalhadores rurais mostra que eles estão empenhados nesse sentido. Por outro lado, o Estado não tem mostrado nenhuma intenção em modificar os rumos da modernização conservadora. Neste sentido, entendemos que uma possibilidade é a da conquista de representatividade no Congresso Nacional, por parte dos trabalhadores rurais.

O caminho possível está sendo construído com muita luta. Em cada pedra deste caminho está representado o esforço dos trabalhadores na luta contra o atual modelo excludor de modernização. Neste meio de caminho e descaminhos em que vivemos, torna-se necessário lutar por uma política agrícola para a realidade construída até hoje.

O documento “Diretrizes de política Agrária e Desenvolvimento Sustentável Para a Pequena Produção Familiar” elaborado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, propõe a implantação de um modelo de desenvolvimento “bimodal”, que contemple a agricultura familiar e a capitalista. Neste

sentido, apresenta uma proposta de criação de política agrícola diferenciada para os pequenos produtores, que atendam as necessidades específicas da agricultura familiar e traz a discussão sobre um programa de financiamento para os pequenos produtores. Os objetivos dessa proposta é inserir a agricultura familiar num processo de desenvolvimento global integrado, ou seja, atendendo a todas as dimensões do desenvolvimento social, econômico e político.

Sem dúvida que propostas como essas tendem a se multiplicar. Não há saída para a crise da modernização conservadora a não ser que continue produzindo tanto alimento quanto famintos. Hoje produzir alimentos não é suficiente para acabar com a fome. É necessário muito mais. De nada adianta a existência de supersafras e de milhões de excluídos que não podem comprar. E, desta forma, os alimentos são exportados. A fome se mata com trabalho, com produção, com geração de empregos, com participação política, com reforma agrária.

O caminho percorrido até aqui está repleto de sucessos e derrotas. Daí a importância desta breve reflexão sobre as transformações recentes da agricultura. A reflexão nos auxilia na definição dos novos rumos, para que tenhamos consciência dos erros do passado.

## **Bibliografia**

- Camacho, D. - Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. In Uma revolução no cotidiano. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987.
- Cerlioli, P. - Uma concepção de desenvolvimento rural. Cadernos de Cooperação Agrícola nº 1. São Paulo: CONCRAB, 1993.
- Correia, J. C. B. - Comunicação e Capacitação. Iattermundi. Brasília, 1995.
- FAO - Food and Agriculture Organization / INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar. Projeto UTF/BRA/036/BRA. Brasília, 1994.
- Fernandes, B. M. - Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia - USP. São Paulo, 1994.
- Gohn, M. da G. - Movimentos sociais e luta pela moradia. Loyola. São Paulo, 1991.
- Grzybowski C. - Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. FASE. Ed. Vozes. Petrópolis, 1987.
- Habermas, J. - Teoria de la acción comunicativa. Tomos I e II. Taurus. Madri, 1985.
- Lefebvre, H. - Espaço y Política. Ediciones Península. Barcelona, (1972) 1976.
- Lefebvre, H. - The Production of Space. Blackwell Publishers. Cambridge, Massachusetts, (1974) 1991
- MIRAD - Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Mirad, 1985.
- MST - A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação nº 20. São Paulo, 1993.
- Oliveira, A. U. - A agricultura camponesa no Brasil. Editora Contexto. São Paulo, 1991.
- ONU/PNUD - Informe Sobre Desarrollo Humano. Madri, 1993.
- Raffestin, C. - Por Uma Geografia do Poder. Ed. Ática. São Paulo, 1993
- Robinson, A. (comp.). Tecnologías apropiadas para o desarrollo del Tercer Mundo. Fondo de Cultura Económica. Mexico, 1983.
- Sader, E. - Quando novos personagens entraram em cena. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988.
- Santos, M. - Metamorfose do espaço habitado. Ed. Hucitec. São Paulo, 1988.
- Santos, M. - O espaço geográfico como categoria filosófica. in Terra Livre, nº 05, p. 09-20. AGB. São Paulo, 1988.
- Scherer-Warren, I. e Kruschke, P. J. - Uma revolução no cotidiano. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987.
- Scherer-Warren, I. - Redes de movimentos sociais. Loyola. São Paulo, 1993.
- Silva, A. C. - Geografia e Lugar Social. Contexto. São Paulo, 1991.
- Tarelho L. C. - Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré. Dissertação de Mestrado. Depto de Psicologia social - PUCSP. São Paulo, 1988.